

SÍNTESE POLÍTICA

Em face das articulações que se processam, com demasiada antecedência, para a sucessão presidencial, não é fácil qualquer previsão. Desde logo, porém, se pode afirmar que o grande eleitor de amanhã não será o Governo, nem mesmo os partidos, mas o povo, cuja consciência política atinge, cada vez, mais alto grau de maturidade; e o povo não vai votar a favor de ninguém, mas exprimir com o voto a insatisfação ante o estado de coisas reinante e as difíceis condições de vida.

A SUCESSÃO PRESIDENCIAL

IMPOSSÍVEL desconhecer, nesta altura, que o problema da sucessão do Presidente JUSCELINO KUBITSCHKE se acha incluído na ordem do dia; e, apesar das tremendas dificuldades que afetam a situação económico-financeira do país, começa êle a preponderar sobre as outras preocupações nacionais.

A precipitação é mais do que evidente, pois o atual Chefe da Nação ainda dispõe de quase dois anos de Governo. O ideal seria retardar a abertura do magno debate, sem prejuízo de dar-se, em tempo, o máximo das franquias a todos os partidos e candidatos, de modo que a opinião pública fôsse devidamente

esclarecida sobre os programas apresentados e se instalasse um verdadeiro *forum* popular para as discussões e controvérsias.

Democraticamente, não importa que estas se ressintam de calor e até de aspereza. Política eleitoral não se faz com sentenças edulcoradas. A paixão é da sua índole. Mesmo nos países de mais acendrada cultura cívica, os embates chegam a extremos pessoais, nem sempre defensáveis. Mas, é preferível o excesso de fogo verbal entre os contendores do que a frieza funerária dos regimes que se baseiam no silêncio, na medida compulsória, na censura, nas reservas opostas pelo Poder ou pela Polícia.

Um dos erros políticos cometidos, nesta matéria, pelo atual Governo resultou da portaria do Ministério da Viação, regulamentando o uso do rádio e da televisão, de modo que, sob o amparo de um Decreto-lei originário do Estado Novo, as oposições ficaram virtualmente privadas de tão importante — para não dizer insubstituível — veículo de comunicação com o povo. Se não totalmente dêles privadas, pelo menos limitadas quanto ao uso.

O argumento, de que se serviram os defensores da medida, repousava sobre a diferença entre a imprensa escrita e a falada. Segundo eles, um jornal, que publica uma notícia ou uma concitação sediciosa, ainda pode ser apreendido antes de causar maiores danos à segurança do país. O mesmo — continuavam — não sucede com o rádio: ao ser proferida, produz a palavra efeitos imediatos sobre os ouvintes, e não há mais como ilidi-la.

Idênticos conceitos eram aplicados e reforçados quanto à televisão.

Ora, da portaria ministerial decorria o perigo de discriminação, sempre que o rádio ou a televisão se fizessem necessários para a crítica, que precisa ser livre, e para a propaganda das idéias de cada cidadão ou partido.

O assunto já foi magistralmente examinado em uma das célebres "Rencontres Internationales de Genève" (1955) sob o tema "La culture est-elle en péril?"

Falando a respeito, assim se exprimiu o insigne homem de ciência Professor PAUL RIVET, recentemente falecido, depois de uma longa vida consagrada ao serviço da cultura. Disse ele: "L'impartialité

absolue s'impose d'une façon que je crois impossible d'éviter".

E acrescentou, com exemplar clareza: "Et toute radio qui n'est pas impartiale, toute radio qui n'est pas l'image exacte de la pensée des différentes couches de la population, de tous les grands partis politiques — quels qu'ils soient — de toutes tendances religieuses et de toute nature, manque à son devoir".

Felizmente, embora retardadamente, a Justiça Eleitoral corrigiu a falha e tornou inteiramente livre a todos os cidadãos e partidos o acesso ao rádio e à televisão. Naturalmente cada qual deve responder pelas infrações penais que houver cometido. Entretanto, é sempre prova de escasso aprêço pela vida democrática pensar mais nas faltas ou nos crimes do que nas prerrogativas inerentes aos regimes de opinião.

Dêste modo e com êste antecedente, uma das características essenciais da futura campanha presidencial terá de residir na ausência de qualquer controle relativamente às emissões das estações de rádio e televisão. Vale dizer que todos os candidatos e seus correligionários devem ter iguais oportunidades, no que toca tanto à imprensa escrita quanto à falada.

A não ser assim, os resultados eleitorais pareceriam viciados e não se imporiam à Nação como coisa julgada, ou seja, aquela que "pro veritate habetur".

O meio de superar-se o risco de conflitos militares e golpes de força consiste exatamente na lisura dos pleitos eleitorais. A Revolução de 1930 proveio de causas múltiplas. Seria pueril reduzi-las a uma única. Mas, fundamental e imediatamente, ela decorreu da ausência de representação legítima na Repú-

blica Velha, na qual predominavam a ata falsa, a fraude, a compressão, a força do Executivo. Não existindo, então, um verdadeiro Estatuto Eleitoral, atribuindo à Justiça a apuração do resultado dos pleitos, e sendo os reconhecimentos feitos pelo Congresso e as Assembléias Estaduais, não havia oposições, ainda que numerosas e organizadas, capazes de chegar ao poder pelas urnas.

A primeira impressão que inevitavelmente se colhe da precipitação dos debates e combinações, em torno da futura sucessão presidencial, é de que os partidos políticos estão hesitantes, senão intimidados, quanto à atitude que lhes incumbe assumir.

O prematuro lançamento do ex-Governador JÂNIO QUADROS causou tremendo impacto sobre os componentes da maioria, que apóia o Governo, como também sobre a União Democrática Nacional.

O Sr. JÂNIO QUADROS apresentou-se em condições excepcionais, embora não exprima qualquer volumosa corrente partidária. Tem ido galgando os postos e conquistando os mandatos por métodos próprios, alguns bastante originais. Homem de incontestável talento, sabendo falar com eloquência e escrever com originalidade (antigo professor de português), não será adversário cômodo para quem deva enfrentá-lo na próxima campanha.

Por outro lado, deixando o Governo de São Paulo, veio logo para a Câmara, não havendo, assim, solução de continuidade em suas atividades políticas. Apesar de ter figurado na chapa do PTB (Seção do Paraná), seus correligionários mais graduados não lhe reconhecem a genuína filiação partidária. Pa-

receria lógico que aproveitassem o prestígio, de que êle se vê rodeado. Seria uma força natural, uma corrente que conviria canalizar para dentro da grei. Mas não é assim que pensam os altos dirigentes trabalhistas. Ao contrário, apressaram-se a excomungá-lo sem forma nem figura de processo. A impressão dessa atitude é de que a cúpula do PTB, em tanto quanto dela dependa, não considera vantajosa a elevação do Sr. JÂNIO QUADROS, à Presidência da República.

Por outro lado, notoriamente, o Sr. JOÃO GOULART, dirigente nacional do partido, é candidato ao cargo, de modo que a candidatura QUADROS se choca com aquêle dispositivo já assentado entre os *gros bonnets* do trabalhismo.

Seja qual fôr o desfêcho da luta, agora desenhada, ninguém está compreendendo como um partido político se obstina em não tomar conhecimento da candidatura de um correligionário. No mínimo, deveriam permitir a que a questão fôsse apreciada pelo órgão adequado, que é a Convenção Nacional. Esta decidiria.

Mas rejeitar *in limine* a candidatura é que causa apreensões e espanto, já que candidatar-se a um mandato ou a um cargo é direito de qualquer cidadão.

Tão logo o problema foi colocado na ordem do dia, o Governador do Rio Grande do Sul, Sr. LEONEL BRIZZOLA, veio à Capital Federal e, já no aeroporto, condenou o nome do Sr. JÂNIO QUADROS, tachando-o de candidato "do lado de lá". A direção do PTB, por seus órgãos competentes, nada dissera antes, nem até agora. Entretanto, a posição oficial e militante do Sr. LEONEL BRIZZOLA e seu grau de paren-

SINTESE POLÍTICA

tesco com o Sr. JOÃO GOULART induzem a crer que aquêle seja mesmo o pensamento do líder nacional do PTB.

É verdade que o Sr. JOÃO GOULART declarou, em recente entrevista, que as palavras do Sr. BRIZZOLA exprimiam um ponto de vista pessoal, mas fez tantas reticências a propósito da candidatura QUADROS que equivalem a uma reserva muito profunda, se não semelhante ao veto do Sr. BRIZZOLA.

As palavras do Sr. LEONEL BRIZZOLA não se esgotaram, aliás, em fulminar, como herética, a candidatura JÂNIO QUADROS. Proclamou, na mesma ocasião, o governador gaúcho que o PTB tinha dois nomes para a sucessão: JOÃO GOULART e o Marechal TEIXEIRA LOTT, atual Ministro da Guerra. "Um deles, ou os dois juntos", o que indica que ambos devem compor a fórmula.

Não obstante essa declaração várias vêzes reiterada, até agora não se poderia afirmar que o Marechal esteja disposto a aceitar a indicação. Como "segundo", é certo que não o fará, por óbvias razões. Mais curial, assim, supor que a chapa desejada pelo PTB será LOTT-GOULART.

Entretanto, é indiscutível que nenhum partido, isoladamente, dispõe de força para eleger candidatos à sucessão do Presidente KUBITSCHEK. Daí, o ostensivo empenho do Sr. BRIZZOLA, que parece ter assumido o papel de vanguardeiro dos seus correligionários, em preconizar a continuação do pacto PSD-PTB, por conta do qual o Sr. JUSCELINO KUBITSCHEK e o Sr. JOÃO GOULART venceram o pleito de 1955. Desta vez, o Sr. BRIZZOLA

considera conveniente e possível associar à chapa LOTT-GOULART também os elementos que obedecem ao Sr. ADEMAR DE BARROS.

Aparentemente, não será fácil reunir o PSD e o PTB em torno do binômio proposto. O PSD se acha desorientado após a eleição de 3 de outubro do ano findo. Perdeu muito, embora ainda conserve a maior bancada na Câmara e no Senado. Mas, há fortes elementos estaduais, a começar pela seção gaúcha, que será difícil, senão impossível, incluir entre as forças que apoiariam uma solução incluindo na chapa o Sr. JOÃO GOULART ou outro trabalhista do mesmo naipe.

Mesmo no seio do PTB, a impressão dominante é que não marchará unido para uma candidatura LOTT contra a do Sr. JÂNIO QUADROS.

As dissensões, embora latentes, são extremamente profundas em todos os partidos. Os acontecimentos os impelem a renovar-se com urgência. Os que teimarem em permanecer como estão, correm graves perigos.

A crise, porém, não é só de diretivas. É substancialmente de falta ou debilidade de liderança. Nunca se viu, em nosso país, maior carência de homens de primeira água, que disponham de fortes contingentes de popularidade e prestígio e tenham o dom de liderar.

Restaria examinarmos a posição da União Democrática Nacional. Como partido de oposição, suas responsabilidades são muito grandes, e seu campo de manobras mais extenso. Eleger, com força doméstica, um candidato próprio, é coisa simplesmente absurda. Acontece,

porém, que o estado-maior udenista é o mais numeroso e, de certa forma, de todos o mais brilhante. Há nele muitos nomes a escolher, e de real valor.

A UDN, entretanto, como os outros partidos, adoece dos mesmos defeitos e não se apresenta como um todo homogêneo. Há, dentro de suas fileiras, elementos contraditórios. Sempre os houve. Uns, intransigentes, pugnazes, não admitindo a menor composição com o atual Presidente da República nem com seus líderes mais caracterizados. Outros — os denominados “realistas” — para os quais um acôrdo com o situacionismo federal é possível sob certas cláusulas. Até com o Sr. JOÃO GOULART.

Ora, a falta de uma solução anti-JÂNIO tem conduzido — do lado dos “realistas” e de certos amigos do Sr. JUSCELINO KUBITSCHEK — ao exame de um possível entendimento à base da candidatura do Sr. JUSCELINO KUBITSCHEK — até há pouco presidente nacional da UDN.

O nome do Sr. JURACY MAGALHÃES, na atualidade, pode ser igualado como boa solução para o país. Excedido é que não o pode. Trata-se de homem íntegro, culto, comprovado administrador, com boas raízes populares, isento das falhas que tanto comprometem muitos políticos, enérgico sem ser violento e tolerante sem fraqueza.

Entretanto, a idéia de vir o ex-presidente da UDN, o agressivo líder que no Senado enfrentou duramente o Sr. JUSCELINO KUBITSCHEK e o Marechal LOTT, a ser candidato patrocinado pelo Governo, é de molde a desgostar em cima e em baixo.

Mas a dificuldade, por assim dizer intransponível, reside no “companheiro de chapa”. Se o Sr. JURACY MAGALHÃES fôsse o candidato à presidência, quem seria seu companheiro de chapa? O Sr. GOULART? Mas qual o interesse do PSD nessa combinação, que o exclui do Executivo? E, se fôsse um pessedista, como o suportaria o PTB, sobretudo o grupo do Sr. BRIZZOLA?

A conclusão é que essas escaramuças não passam de simples especulações, tanto mais quanto a UDN, por vários de seus órgãos mais representativos, vem reafirmando sua tendência para o Sr. JÂNIO QUADROS.

Este — impossível negá-lo — durante sua curta permanência no Rio, antes de empreender viagem ao Japão, comportou-se com extrema habilidade. Sem transigir em pontos substanciais, visitou todos os políticos de responsabilidade e disse a cada um a palavra adequada.

Nem mesmo se obstinou em declarar-se candidato a qualquer preço, de qualquer forma. Ao contrário, admitiu a hipótese de uma solução nacional acima das greis partidárias e das reservas pessoais.

No tocante ao nome do Sr. JURACY MAGALHÃES, o Sr. JÂNIO QUADROS foi mais longe, segundo se sabe de boa fonte: assegurou-lhe que ia partir para o Extremo Oriente por uns três meses; se, ao regressar, encontrasse o Governador baiano como candidato apontado pelo Presidente KUBITSCHEK e seus atuais sustentáculos no Congresso, não hesitaria em apoiá-lo.

A recente Convenção Nacional da UDN não modificou a posição do partido, nem dissimulou sua in-

clinação pela candidatura JÂNIO QUADROS. É certo que se admitiu o exame preliminar do nome do Sr. JURACY MAGALHÃES, mas dentro da rígida linha de oposição ao Governo Federal. Comprovada a impraticabilidade da candidatura JURACY, o partido deliberou que adotar a do ex-Governador de São Paulo, preservado, naturalmente, seu esquema de princípios.

O importante era verificar-se se a UDN alteraria, na Convenção, sua condição oposicionista ou, pelo menos, adoçaria sua combatividade. Ora, a moção aprovada por unanimidade estabeleceu "manter a linha política fixada na última Convenção e acentuar seu propósito de luta crescente contra as forças, que há tantos anos dominam o poder, de corrupção administrativa e de comprometimento das bases morais da vida pública".

Os termos dessa moção impossibilitam qualquer acôrdo entre a UDN e os elementos "que há tantos anos dominam o poder".

Por outro lado, a eleição do deputado MAGALHÃES PINTO para a presidência do partido deve ter dissipado a versão de que sua escolha determinaria a marcha para um acôrdo com o Governo Federal.

Não obstante suas boas relações pessoais com o Sr. JUSCELINO KUBITSCHKE, o Sr. MAGALHÃES PINTO declarou, ao ser empossado na presidência da UDN: "Da oposição não arredaremos pé, enquanto as conquistas sociais e as liberdades públicas exigirem de nós a palavra de justo clamor e protesto, a fiscalização e a inflexível vigilância dos atos dos Governos".

Os observadores políticos não têm a menor afinidade com os pro-

fetas. Suas previsões se fazem à base das realidades, embora estas sofram modificações. Mesmo assim, não cremos que certas situações já definidas venham a ser alteradas pelos acontecimentos. Uma delas é que o Sr. JÂNIO QUADROS disputará inevitavelmente a vaga do Sr. JUSCELINO KUBITSCHKE, apoiado mais em bases populares do que propriamente partidárias. Outra não foi a técnica de GETÚLIO VARGAS em 1950. Sabem os que colaboraram na sua campanha, daquela época, que ele rejeitou sempre dar côr partidária (mesmo a do PTB) à sua candidatura.

O fenômeno GETÚLIO VARGAS de 1950 parece reproduzir-se agora, em escala ainda maior.

Outra fácil previsão é que todas as tentativas para ser revisto o texto constitucional, criando-se o chamado "mandato-tampão" ou instituindo-se a reeleição do Presidente da República, serão frustradas, por alergia da opinião pública a quaisquer modificações, nesta altura, das regras do jogo político.

Restaria considerar a possibilidade de surgir o Marechal TEIXEIRA LOTT como candidato de uma aliança PSD-PTB-PSP. Não há dúvida que, aparentemente, é a única pessoa em condições de somar essas três fortes correntes, ou parte delas, por evidentes razões.

A hipótese LOTT virá, entretanto, marcada de um colorido ideológico extremamente pronunciado, desde que a chamada Frente Parlamentar Nacionalista já o indicou como símbolo de seus postulados, que se resumem em nacionalismo e estatismo. Ora, o nacionalismo — segundo o vêem caracterizando vários dos seus epígonos — equivale

à xenofobia, mais aguda do que nunca, e a uma linha de política externa de hostilidade aos Estados Unidos. Em uma palavra: tendência para a esquerda, roçando por afinidades com o comunismo, visto que são os adeptos dêste os mais ardentes campeões do nacionalismo, da forma por que está sendo pôsto na prática.

Vale dizer que, com êsses matizes, a candidatura LOTT importaria em aprofundar-se no Brasil uma coisa que só existe na superfície: a divisão do país entre nacionalistas e não-nacionalistas. Ou "entreguistas", segundo a terminologia difundida no mundo pelos agentes soviéticos e aceita pela Frente Parlamentar Nacionalista.

Terá futuro eleitoral um candidato tão rubramente assinalado? Difícil acreditar, inclusive porque grande parte das Forças Armadas é hostil a essa caracterização, tanto quanto a Igreja Católica. Basta recordar o que não há muito disse, a êsse respeito, Sua Eminência o Cardeal D. JAYME DE BARROS CÂMARA.

O Sr. JOÃO GOULART, no evidente desejo de preservar o seu partido do desgaste que parece ameaçá-lo em virtude do mal-estar nacional e de sua participação no Governo, declarou que seus corre-

ligionários vão dedicar-se a uma campanha pela "reforma de base", visando a modificação de índole social-econômica.

Ainda não se delinearam os termos dessa reforma, de modo que é cedo para julgá-la nos seus objetivos.

Entretanto, no pé em que se encontra a situação do país, não é de supor que ela atraia o favor popular.

O povo reclama ação direta e não legislativa.

Quanto à hipótese da indicação do nome do Governador JURACY MAGALHÃES, pelo Presidente JUSCELINO KUBITSCHKE e seus partidários, parece cada vez mais remota pelos motivos já apontados. Contudo, convém não esquecer que, ao contrário da natureza, a política faz saltos, e mesmo acrobacias.

Uma coisa é, porém, indiscutível: o grande eleitor de amanhã não será o Governo (nem mesmo os partidos), mas o sentimento público de hostilidade à carestia da vida, agravada nos últimos tempos num ritmo assustador. O povo não vai votar a favor dêste ou daquele, mas contra o estado de coisas reinante, contra a elevação dos preços de tudo, desde o pão até o bonde, desde as taxas escolares até os cinemas.